

A lógica da falácia no mundo da ironia

Marcelo Peloggio
Doutor em Literatura Comparada
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Resumo: A lógica da falácia no mundo da ironia

O presente ensaio busca analisar, à luz da visão irônica e do comportamento “politicamente correto”, o papel do intelectual diante dos impasses teóricos da chamada “pós-modernidade”. Também faz um levantamento da situação global em face dessa mesma abordagem.

Palavras-chave: Intelectuais, Pós-Modernidade, Filosofia.

The logic of fallaciousness in a world of irony

Abstract: The following essay intends to analyze, through irony and under the light of the “politically correct” behavior, the role of intellectuals facing the theoretical problems presented by “postmodernism”. Also, it proposes an evaluation of the global situation considering these same perspectives.

Key-words: Intellectuals, Postmodernism, Philosophy.

A LÓGICA DA FALÁCIA NO MUNDO DA IRONIA

*Have you heard the news?
The dogs are dead!
You better stay home
And do as you're told
Get out of the road if you want to grow old.
(Roger Waters, "Sheep")¹*

Nunca o mundo foi mais mundo. Essa impressão dilata-se com maior impacto ante a velocidade (virtual e material) da sociedade mundial contemporânea, que é a do mundo televisionado, que “escapa à gravitação ao se fundar sobre a própria velocidade” (VIRILIO, 1993, p. 113). E seus resultados já podem ser compreendidos a partir da falência de dois grandes projetos de reforma social, cuja principal finalidade era, ou a busca de um controle moral das forças produtivas (Comte), ou seu pleno desenvolvimento na contestação à burguesia até à tomada do poder rumo ao comunismo (Marx). E como hoje se pode constatar, nenhuma dessas tendências foi possível na observação prática.

Daí que três fenômenos aparecem com grande força e amplitude, marcando o início deste século: o terrorismo, o narcotráfico e o aquecimento global. E o agente comum aos três já pode ser indicado, naquilo que organiza e exhibe em conjunto. Dizer ser o mercado é reducionismo; todavia, dizer ser a crise de valores é algo demasiado amplo. Como produto de ambos, surge, por um lado, a ironia e, por outro, a falácia relativista e ética. Nessas duas pontas, havemos de situar o mesmo personagem, o qual faz desenvolver, lenta e gradualmente, todo o processo: trata-se, sem mais, do capital volátil, com papel de maior destaque à chamada “moeda corrente” (igualmente virtual ou material).

Esses constituem, pois, os elementos centrais a que as “correntes de pensamento” da atualidade devem voltar sua reflexão. Mas aí se acham colocados dois grandes obstáculos. Por um lado, se a moral comtiana, baseada numa rede total de solidariedade entre os dominadores e os dominados, numa convergência de opiniões, não passou de

devaneio, por outro, a sociedade sem classes preconizada no marxismo não aconteceu; em verdade, nunca encontrou um caminho real na experiência socialista concreta.

Ora, se buscamos citar Comte e Marx é porque consideramos as doutrinas de um e outro como as principais formas de pensamento à transformação ou superação do mundo capitalista. Poder-se-ia dizer mesmo que ambas encarnam, *grosso modo*, as estratégias explicativas mais importantes da modernidade. Daí o perigo que encerram.

Muitos enxergam, e com equívoco, a modernidade como que ligada a estes aspectos: forma (capitalista) e reforma (romântica), além da significação do mundo pela ciência. É mais do que esse princípio da transformação ou do conhecimento materialista do mundo. A modernidade pode ser encarada na qualidade de uma consciência crítica da própria tradição metafísica, isto é, de si para si mesma, fundando-se na impossibilidade de um conhecimento *a priori* e totalizador, a exemplo da teologia negativa de Masei (1970). Foi necessária, portanto, sua conversão, do espiritual, eterno e supra-sensível, para o material, imediato e empiricamente conhecido, sem abandonar, contudo, a orientação totalizadora e sistemática. O sonho de uma conversão moral definitiva e o usufruto mesmo dos recursos materiais por todos e cada um devem seu fracasso, conforme o tom irônico de Popper (1974), às “malignas intenções do diabo que tem interesses criados no inferno”, de modo que a efetiva concretização de um e outro constitui algo simplesmente impossível. Em todo o caso o que mais importa é fazer circular o que há de trágico nesta idéia: “Que o mundo está fora dos eixos revela-se por toda parte no fato de que, não importa qual seja a solução, ela é sempre falsa” (Adorno).

É sobre esse quadro que se formam a perspectiva irônica e a visão “politicamente correta” acerca dos problemas centrais do mundo contemporâneo. A primeira de orientação extremamente conservadora ou profundamente pessimista; de qualquer forma, “tende a dissolver toda crença na possibilidade de ações políticas positivas” (WHITE, 1992, p. 52); a última baseada em soluções paliativas para as complicações de natureza

social, política e ambiental, encobrendo, no mais das vezes, sob sua grande máscara do “bem”, o caráter populista, antidemocrático e utilitarista de suas noções “afirmativas” ou “progressistas”. Centra-se, em outras palavras, numa retórica do equilíbrio e da coesão, buscando em debates teóricos intermináveis soluções de longo prazo para impasses de grande urgência, cujo resultado é, de ordinário, pouca ou nenhuma ação prática (os distúrbios promovidos nos subúrbios de Paris, em 2005, servem de pista). Em suma: mais falácia do que uma ação discursiva verdadeiramente responsável e empenhada.

Num mundo em que os grandes sistemas metafísicos e materialistas (diga-se, nesse caso, positivismo, evolucionismo e marxismo teleológico) deixaram de ser soberanos, e hoje não passam de teorias absurdas à promoção de um ajuste orgânico e universal entre a independência do indivíduo e o interesse comum, sua mais completa ausência representa uma preocupação e, ao mesmo tempo, uma necessidade de aprendizado. Mas fiquemos aqui com Hume (2000), em acreditar na “tendência natural dos homens para o maravilhoso”; ou com Alencar (1981), pois, de fato, “o homem não pode viver sem o maravilhoso”. Todavia, o “maravilhoso”, atualmente, deve ser colocado em outros termos: não mais como o transcendental estético ou religioso; e sim como o que se concentra sob a égide do capital. O homem ou o busca numa acumulação cada vez mais feroz na venda de entorpecentes (e o “maravilhoso” para quem os consome não deve ser desconsiderado), ou no recrudescimento da própria metafísica: o avanço de seitas evangélicas (prometendo a felicidade material) e milenaristas (negando o mundo empírico em nome de outro que seria “cósmico”); mas, principalmente, com o desdobramento do terrorismo, espécie de faculdade armada do Islão, que investe contra o capitalismo mas tendo propósito idêntico: o de uma completa hegemonia espiritual e política. Por último, a verdade desesperante da atual situação ecológica do planeta, com a previsão de escassez no fornecimento de água para daqui a cinquenta anos, além do desaparecimento da camada de gelo do círculo polar ártico até o findar deste século.

Neste caso, o maravilhoso seria uma reformulação do atual padrão de consumo (numa “austeridade voluntária”) para desacelerar o desgaste ambiental. Discurso que soa absurdo, de vez que grande parte da população mundial vive em condições sanitárias péssimas, além de se acharem excluídas da capacidade de consumo, não contribuindo de forma alguma para o incremento do produto interno bruto de seus países.

“De qualquer forma, tudo circula cada vez mais, tudo gira e levita, tudo é progressivamente colocado em órbita, arrancado da terra e à Terra” (ALFHANDÉRY, BITOUN, DUPONT, 1992, p. 145). Ou como quer ainda Paul Saffo (1993), para o plano do discurso, à ótica da pós-modernidade: “a maior mudança ocorrida [foi] nos meios de comunicação: as palavras foram desacopladas do papel”. De fato, a falácia, a ironia e sobretudo a paródia constituem retratos vivos do mundo pós-moderno; ou representariam, com efeito, o exercício de uma utopia abatida e ressentida da *caduca* modernidade? Assim, nesse vezo do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico, que função caberá àqueles que investigam as relações sociais, políticas e ecológicas na atualidade? Recordando Harvey (1992), esses sintomas trazem “o agudo problema da comunicação e dos meios de exercer o poder através do comando”.

Daí a pergunta: quem é e para que serve o intelectual? No Brasil, para o mais comum dos cidadãos, o intelectual (ou “doutor”) pode constituir elemento de destaque, por sua excelência acadêmica ou domínio de um conhecimento específico, e igualmente por sua linguagem difícil ou rebuscada (o simples “expressar-se bem”). Todavia, para as camadas médias, para as quais deveria destinar seus conceitos e opiniões, é figura quase que detestada: em geral, é visto como arrogante e dono da verdade, elitista e alienado da realidade prática. Mas o que lhe pode decretar a ruína são as contradições inerentes a todo homem, entre o que professa e o que pratica. Na vida de relação, e principalmente no círculo universitário e artístico, pode ser vítima de si próprio: prega a igualdade e a solidariedade, mas porta-se desleal e mesquinho nas disputas pelo poder ou postos de

evidência; fala da pobreza, defendendo os oprimidos e os desafortunados da sorte, mas trata o subalterno com arrogância e altivez; diz amar o Brasil, mas tem os olhos constantemente voltados para Paris e Berlim. Quando se mostra engajado, isto é, como intelectual de esquerda, patrulha, fascistamente, os próprios companheiros em nome da “democracia interna” de sua agremiação política. Também é aquele entendido de arte, dando aí a última palavra, desconhecendo que, em assunto de gosto, a opinião é livre. De fato, o intelectual é deste mundo.

Atualmente sua opinião, ainda que guarde importância, é de pouca valia: se não fala aos pares, não fala a mais ninguém. Pois a camada média urbana, à qual dedicaria em grande parte sua mais cara reflexão, há muito deixou de ouvi-lo. E “a classe média é a massa crítica de qualquer nação; é a consciência crítica, é parte indispensável da vida política” (HORTA, 2006, p. 7). Todavia, o jargão acadêmico – maçante e postiço – parece soar claro apenas aos iniciados.

No Brasil, o intelectual parece ter sido melhor representado pelos jornalistas e artistas, mais próximos do código lingüístico do cidadão médio; daí que granjeiam o afeto e a admiração populares, muitos sendo considerados ícones. A chamada “elite pensante” (sociólogos, antropólogos, críticos de arte, literatos, historiadores), essa que, para muitos, fala e escreve difícil o português e outros idiomas, que costuma habitar os bairros nobres e que, quando séria, tenta pensar o país, restringe-se aos círculos da alta cultura (e até aos da cultura popular, no que esta teria de sofisticada, rebelde ou vanguardeira). Daí que tal “elite”, no fundo, não sai do ponto de onde partiu: “pensa” e “repensa” o país a título de uma arte pela arte, de uma idéia pela idéia, de um dito pelo não dito, em função da estética disso ou daquilo.

A crise que o intelectual enfrenta atualmente revela-se no fato de que o padrão de cultura que mais lhe apetece nunca é o bastante para arrastar outras opiniões, no sentido do debate e da troca de idéias. Formam-se guetos: delezianos, nietzschianos,

heideggerianos, marxistas teleológicos, evangélicos, espíritas; todos voltados para o próprio umbigo, sendo o mundo à volta um lugar necessário, único e exclusivamente, à experiência vulgar, isto é, de quem pode ainda alimentar-se, habitar e deslocar-se de um canto a outro da cidade para saber se o devir é adulto ou criança, se o ser estar ou não estar aí, ou se o super-homem é algo realmente possível. Chegamos assim ao ápice do individualismo na cultura. Sobretudo no Brasil, que se, no passado, para Euclides da Cunha, foi “o paraíso dos medíocres”, tornar-se-á em breve, e cada qual em seu gueto, o éden dos doutores desempregados.

Ante a falácia moderna, qual dever ser, pois, a abordagem do intelectual? Falemos do Brasil. País curioso esse, onde se ergue uma vila olímpica numa cidade cujos hospitais, caindo aos pedaços, carecem de macas e leitos para o atendimento da população. Apartamentos levantados para hospedar atletas; mas já vendidos à elite financeira do país – fato que se processa à sombra de uma cidade falida socialmente, portadora de um déficit habitacional absurdo, expresso no crescimento das favelas. Emprego esporádico que se cria com a construção da vila olímpica, é verdade; todavia, os postos permanentes de trabalho são ainda quimeras, aguardados, com grande aflição e ansiedade, por milhares de brasileiros.

No campo da educação, já se noticiou, com demasiada confiança no futuro, que, na Coréia do Sul, desde o ensino básico, os alunos simulam entrevistas de emprego: pois na Coréia, informaram, “o ensino está voltado para a economia”, de modo a erguer uma “sociedade de vencedores”; ou o caso do Chile, cujo ensino superior destaca-se por sua eficiência e qualidade, uma vez que se acha privatizado desde o golpe militar de 1973. Até o presente momento, nada foi dito no sentido de rebater esse darwinismo social, veiculado pela TV²; apenas um silêncio completo, mortal, infame. Talvez os intelectuais estejam ainda preocupados em distinguir, entre si mesmos, quem deve merecer a designação de “ente” e quem será coroado com o título de “ser”.

Pelo mundo afora, o mesmo desrespeito aos valores éticos, à vida em si mesma: é o mundo transformado num imenso balcão de negócios – agilidade, presteza, pasteurização das fronteiras políticas e da especificidade cultural dos povos. Se os atuais arautos do chamado pós-modernismo se interessam em dar combate à “monotonia”, tanto quanto em potencializar a eterna “desconstrução” dos devires metafísico e lingüístico; se coroam o fato de não representarem qualquer sistema ou doutrina, deveriam perguntar-se, ao menos, aonde chegará esse “nada querer a fundo”, esse “não ligar-se à coisa alguma”, à maneira de um imenso narciso de gesso a contemplar o reflexo pálido de si próprio: o belo mosaico de correntes e opiniões que alguns edificam mais por vaidade intelectual do que por compromisso ético ou responsabilidade sócio-política.

Num mundo marcado pela velocidade midiática (ou violência?), que forma opiniões e revitaliza poderes, o intelectual encontraria terreno para ampliar seu diálogo; mas o que impera, sem dúvida, é a futilidade artística e a curtíssima duração: tudo explosivo, casual e próprio para despreocupar-se da conjuntura, na qual vai perseverando a grande lógica da falácia como expoente do simulacro, da contradição e da hipocrisia. Tomemos alguns exemplos: os americanos, em nome da democracia representativa, semeiam opressão e morte por todo o mundo; no Paquistão, escassearam recursos no auxílio às vítimas do terremoto ocorrido na região da Cachemira, mas o país é tido e havido como potência nuclear, a medir forças com a vizinha Índia; no caso do Brasil, o atual governo deseja ser lembrado por sua “bem sucedida” política econômica, todavia, os indicadores sociais são de causar lástima.

Faltarão água e o clima continua a sofrer mudanças drásticas, mas os tratados ambientais não passam de papel assinado; também é possível haver consumidores de drogas entre os que defenderam o desarmamento, fortalecendo assim, de forma direta, o próprio narcotráfico; e em nome de uma causa mais política que religiosa, pode o

fundamentalismo islâmico entregar muitos de seus filhos ao martírio, e quem sabe com um grande poder de destruição através de artefatos nucleares.

Terry Eagleton (1998) tem razão em falar da necessidade de uma transformação das prioridades; e podemos dizer, novas prioridades por parte dos intelectuais. Mas um relativismo irresponsável não faz vingar qualquer argumento: tudo se reduz a um turbilhão de idéias, em que nenhuma é melhor que a outra, sendo todas facilmente niveladas pelo mercado “sob a igualdade abstrata do valor de troca” (1998, p. 95). Não havendo diretriz ou orientação política, o pensador crítico deita por terra o que tem de mais caro, a saber: sua honestidade intelectual. Num mundo do “salve-se quem puder”, defender uma posição, debatê-la, a fim de alicerçar novas formas de convívio, pode vir a constituir o único caminho possível para fazer deste agente da transformação, em sua autonomia e força, uma figura de respeito e apreço, ao invés de ser considerado – lembrando aqui a estrofe de uma famosa canção – como “mais um tijolo na parede”.

Referências bibliográficas:

ABBAGNANO, Nicola. *História da filosofia*. Lisboa: Editorial Presencial, 1970. V. XI.

ALENCAR, José de. “Um desejo” (fragmento de romance). In: FREIXIEIRO, Fábio. *Alencar: os bastidores e a posteridade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1981.

ALFHANDÉRY, Pierre, BITOUN, Pierre e DUPONT, Yves. *O equívoco ecológico*. Riscos políticos. São Paulo: Brasiliense, 1992.

EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 13ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HORTA, Luiz Paulo. “Vivendo sem ética”, *O globo*, 26 de agosto de 2006.

HUME, David. "Investigação acerca do entendimento humano". In: *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

POPPER, Karl R. "Previsão e profecia nas ciências sociais". In: GARDINER, Patrick. *Teorias da história*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1974.

SAFFO, Paul. "Com a palavra". In: *Veja 25 anos: reflexões para o futuro*. São Paulo: Editora Abril/Organização Odebrecht, 1993.

VIRILIO, Paul. *O espaço crítico*. E as perspectivas do tempo real. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

WHITE, Hayden. *Meta-história*. A imaginação histórica do século XIX. São Paulo: EdUSP, 1992.

Notas:

¹ "Tem ouvido os noticiários? / Os cães estão mortos! / Melhor é você ficar em casa / E fazer como você disse / Fique fora das ruas se quiser viver bastante".

² As matérias foram apresentadas pelo Jornal Nacional, em novembro de 2005, através de uma série de reportagens sobre os "avanços" da educação pelo mundo.